

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
PREFÁCIO – JOÃO GRANDINO RODAS	9
APRESENTAÇÃO – SAULO JOSÉ CASALI BAHIA	13
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	15
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1 – ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL	25
1.1 Noção técnico-jurídica	25
1.2 Natureza do estabelecimento empresarial.....	29
1.3 Elementos do estabelecimento empresarial.....	31
1.3.1 Elementos corpóreos	31
1.3.2 Elementos incorpóreos.....	32
1.3.2.1 Aviamento	33
1.3.2.2 Clientela	37
1.3.2.3 Ponto empresarial.....	39
1.3.2.4 Ponto virtual	40
1.4 Passivo do estabelecimento empresarial.....	44
1.5 Ativo do estabelecimento empresarial.....	46
CAPÍTULO 2 – ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL: OBJETO DE NEGÓCIO JURÍDICO	49
2.1 Negócios de alienação <i>inter vivos</i>	49
2.1.1 Trespasse.....	49
2.1.1.1 Promessa de trespasse e a sua modalidade opção	52
2.1.1.2 Configuração do trespasse: elementos necessários.....	54
2.1.1.3 Trespasse e transferência de quotas ou ações	59
2.1.2 Alienação a título gratuito: doação.....	59

2.2	Negócios de gestão para fim de desfrute.....	60
2.2.1	Arrendamento do estabelecimento empresarial	61
2.2.2	Usufruto do estabelecimento empresarial.....	66
2.2.2.1	Quase usufruto	68
2.2.2.2	Direitos do usufrutuário	69
2.2.2.3	Obrigações do usufrutuário	70
2.2.2.4	Extinção do usufruto	71
2.2.2.5	Usufruto: garantia em execução.....	71
2.2.2.6	Usufruto no direito português.....	73
2.2.3	Comodato do estabelecimento empresarial.....	73
2.2.3.1	Obrigações do comodatário.....	74
2.2.4	Penhor do estabelecimento empresarial.....	75
2.3	Negócios de alienação <i>mortis causa</i>	76
CAPÍTULO 3 – OBRIGAÇÃO DE NÃO-CONCORRÊNCIA		79
3.1	Definição da obrigação de não-concorrência.....	79
3.1.1	Obrigação de não-concorrência no direito comparado	82
3.2	A regra da não-concorrência antes do Código Civil de 2002	84
3.2.1	O primeiro caso judicial: alienação do fundo de comércio da fábrica de Juta de Santana.....	87
3.3	Obrigação de não-concorrência na ordem constitucional	93
3.3.1	Princípio da proporcionalidade.....	96
3.4	Regra da não-concorrência: obrigação de não fazer	99
3.5	Caracteres da obrigação de não-concorrência	100
3.5.1	Sujeito passivo da obrigação de não-concorrência	101
3.5.2	Sujeito ativo da obrigação de não-concorrência....	106
3.6	Incidência da obrigação de não concorrer	107
3.6.1	Incidência da obrigação de não concorrer no direito italiano.....	109
3.7	Concorrência desleal e a obrigação de não-concorrência	111
3.8	Limites da obrigação de não-concorrência	113

3.8.1	Limite geográfico da obrigação de não-concorrência	117
3.8.2	Limite temporal da obrigação de não-concorrência.....	122
3.8.3	Limite substancial da obrigação de não-concorrência	126
3.9	Infração da obrigação de não-concorrência.....	129
CAPÍTULO 4 – OBRIGAÇÃO DE NÃO-CONCORRÊNCIA NO DIREITO ANTITRUSTE		
		133
4.1	O direito da concorrência no Brasil: evolução histórica..	134
4.2	Lei 8.884/1994: aspectos principais.....	140
4.2.1	Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) na Lei 8.884/1994	141
4.2.1.1	CADE: composição e atribuições	144
4.2.2	Regra da razão e a sua aplicação	145
4.2.3	Atos de concentração: controle prévio ou <i>a posteriori</i> ?	147
4.2.3.1	Eficácia dos atos de concentração durante avaliação pelo CADE	152
4.3	Projeto de lei: proposta de alteração do controle dos atos de concentração	153
4.4	Obrigação de não-concorrência no SBDC.....	154
4.4.1	Obrigação de não-concorrência: hipótese do Código Civil de 2002 sob análise do SBDC	161
4.4.2	Obrigação de não-concorrência prejudicial ao interesse coletivo	162
4.4.2.1	Empresa estreante: relevância do conceito	163
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO		
		165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		
		169